



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**



Folha Nº	165
Proc. Nº	410.000.762/2013
Rubrica	M
Mat.	125.617-3

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

**Termo de Cessão de Uso de Bem
Imóvel do Distrito Federal nº
005/2013-SEPLAN, nos moldes do
Padrão nº 16/2002.
Processo nº 410.000.762/2013.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das Partes

O Distrito Federal, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.230.476/0001-07, neste ato representada por **LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO**, portador da cédula de identidade RG n.º 750249, expedida pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 318.800.881-34, na qualidade de Secretário de Estado de Planejamento e Orçamento, conforme delegação de competência prevista no artigo 31º do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, doravante denominada **CEDENTE** resolve ceder ao **BANCO DE BRASÍLIA S/A - BRB**, Instituição Financeira de Economia Mista, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.000.208/0001-00, doravante denominado **CESSIONÁRIO**, representado por **FLÁVIO APOLINÁRIO ALONSO JÚNIOR**, portador da cédula de identidade RG nº 9849470, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 028.529.758-90, na qualidade de Diretor de Distribuição e Vendas, o uso do imóvel objeto do presente Termo.

Handwritten signatures and initials in blue ink.





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**



Folha Nº	166
Proc. Nº	410.000.762/2013
Rubrica	M
Mat.	125.617-3

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Objeto

O presente Termo tem por objeto a cessão de uso de espaço físico localizado no Edifício Anexo do Palácio do Buriti, situado ao SAIN – Praça do Buriti, bloco "B" – Brasília/DF, compreendendo a área de 436,65 m², para o funcionamento do PAB-BRB – Buriti, e área de 4 m², para a instalação de 2 (duas) máquinas de autoatendimento, efetuada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento ao Banco de Brasília S/A - BRB, a título gratuito, conforme condições e especificações constantes do Termo de Referência de fls. 146 a 155, que passa a integrar o presente Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Prazo de Vigência

O Termo **terá vigência de 60 (sessenta) meses**, a contar da data de sua assinatura, facultada sua prorrogação, mediante manifestação escrita e celebração de Termo Aditivo, observado o interesse da Administração e a legislação pertinente.

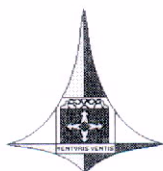
CLÁUSULA QUARTA – Da Destinação e Utilização

4.1 - O imóvel ora cedido só poderá ser utilizado para exploração do ramo bancário, sendo expressamente proibida a sua utilização para quaisquer outros fins;

4.1.1 - É vedado ao CESSONÁRIO transferir ou ceder este termo de cessão de uso, bem como emprestar ou ceder a qualquer título, no todo em parte, o imóvel/espaço físico, sob pena de revogação de pleno direito, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

6 M/94





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**



Folha Nº	167
Proc. Nº	410.000.762/2013
Rubrica	M
Mat.	125.617-3

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

4.2 - O CESSIONÁRIO se compromete a deixar livres as áreas de acesso aos demais pavimentos do imóvel/espço físico ora cedido.

4.3 - Do Horário de Funcionamento e Normas de Segurança:

4.3.1 Os serviços bancários deverão ser prestados de Segunda a Sexta-feira das 11h às 16h, ou conforme normativo específico do Banco Central do Brasil que preveja situação distinta.

4.3.2 Caso o Anexo do Buriti, não esteja em operação normal ou fechado por força maior, o PAB deverá restringir o seu funcionamento, devendo manter sua segurança de instalações, integrando sua operação à operação do Complexo Administrativo do Governo do Distrito Federal em especial a do Anexo do Buriti e Palácio.

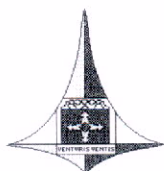
4.3.3. Os pontos facultativos locais ou alterações de horário de funcionamento quando não expandidos ao horário de atendimento bancário deverão levar em consideração que o Anexo do Buriti tem redução na sua capacidade de atendimento, de segurança e de controle de acesso.

4.3.4. A Segurança dos clientes e das instalações, bem como o controle de acesso no interior do banco e nas imediações em qualquer horário é de total responsabilidade do BRB, no entanto, qualquer acesso às instalações a ser realizada fora do horário normal de funcionamento do Anexo deverá ser previamente comunicada à Administração do Anexo do Buriti, para ciência e autorização das atividades desenvolvidas no interior do PAB.

4.3.5 A segurança dos clientes e das instalações do Banco estão dissociadas das diretivas de segurança do Anexo do Buriti, devendo o BRB às



5 M/14



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**



Folha N°	168
Proc. N°	410.000.762/2013
Rubrica	M
Mat.	125.617-3

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

suas expensas realizar o monitoramento e garantir a segurança do interior do PAB.

4.3.6 Deverá ser designada à Diretoria de Administração do Anexo do Buriti um representante que, em caso de eventual situação anormal, possa, imediatamente, entrar em contato com o BRB.

4.3.7 Caso sejam necessários, o Governo do Distrito Federal poderá requisitar imagens e outros dados do sistema de controle e de monitoramento do PAB-Buriti.

4.3.8 As imagens geradas pelo sistema de monitoramento eletrônico, bem como os dados de controle de acesso do Anexo do Buriti, poderão, após solicitação à aprovação prévia da SEPLAN, ser cedidas ao BRB.

4.4 Das características do objeto:

4.4.1 O espaço físico de 436,65 m², conforme *lay-out* (Anexo I), é de total responsabilidade do BRB. A parte elétrica e hidráulica e qualquer outro sistema que venha a se comunicar com os demais sistemas do Anexo do Buriti devem, em caso de necessidade de intervenção, comunicar imediatamente à Administração do Anexo do Buriti, para ciência e aprovação.

4.4.2 Cabe à Gerência de Arquitetura e Engenharia a deliberação sobre serviços hidráulicos, elétricos, incêndio e estruturais que venham a ser realizados pelo BRB no interior da agência.

4.4.3 Os consumos estimados de energia elétrica e água devem ser recolhidos à Conta Única do Governo do Distrito Federal e comprovados, mensalmente, para a devida conciliação contábil.

S M E





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**



Folha Nº	169
Proc. Nº	410.000.762/2013
Rubrica	M
Mat.	125.617-3

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

4.4.4 É de responsabilidade do BRB o imediato reparo que venha a causar qualquer interferência nas condições de funcionamento do Anexo do Buriti.

4.4.5 A Secretaria de Planejamento e Orçamento **não** será responsável pela segurança das instalações do Banco de Brasília - BRB, cabendo ao CEDENTE tão somente a comunicação de qualquer fato ao canal competente a ser estabelecido pelo CESSIONÁRIO (telefone, e-mail, rádio e etc).

4.4.6 As manutenções preventiva, corretiva e o saneamento de eventuais vícios de construção serão de responsabilidade da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento.

4.4.6.1 Em caso de necessidade de reparo ou ajuste imediato na estrutura ou equipamentos, o CESSIONÁRIO poderá submeter ao gestor do contrato uma solicitação para realizar o devido reparo ou ajuste a fim de obter o devido abatimento no pagamento das taxas de água e de energia elétrica. Essa decisão será tomada em conjunto com a área técnica da SEPLAN e o ordenador de despesas.

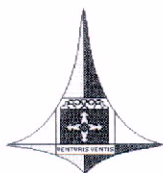
4.5- Do consumo de energia elétrica:

4.5.1- Conforme informado através do Ofício DIATE/SUCAN/GERFI - 2013/245, o BRB compromete-se a instalar em até 120 dias após a assinatura do contrato um medidor para aferir o consumo da energia elétrica do PAB-Buriti.

4.5.2- Qualquer eletrodoméstico ou eletroeletrônico que venha a ser instalado ou retirado das dependências do PAB-Buriti deverá ser, imediatamente, comunicado para autorização.

S M V E

CONSULTORIA
PAB
4961-0
RUBRICA



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**



Folha Nº	170
Proc. Nº	410.000.762/2013
Rubrica	M
Mat.	125.617-3

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

4.5.3- A SEPLAN deverá, mensalmente, verificar o valor relativo ao consumo de energia e este valor deverá ser transferido à conta única do Governo do Distrito Federal, bem como sua comprovação ser encaminhada ao executor do contrato para a devida conciliação contábil.

4.5.4- Até a instalação equipamento fica mantido o valor atualmente estimado de R\$ 3.870,47 (três mil, oitocentos e setenta reais e quarenta e sete centavos), referente à estimativa do consumo dos equipamentos instalados na Agência.

4.6- Do consumo de água:

4.6.1- A SEPLAN deverá, mensalmente, verificar o valor relativo ao consumo de água e este valor deverá ser transferido à conta única do Governo do Distrito Federal, bem como sua comprovação ser encaminhada ao executor do contrato para a devida conciliação contábil.

CLÁUSULA QUINTA – Das obrigações e Responsabilidades do Cessionário

5.1. - Constituem obrigações e responsabilidades do CESSIONÁRIO:

- I. Cobrir toda e qualquer despesa relativa à manutenção e à conservação do objeto desta Cessão, bem como os danos porventura causados por seus agentes;
- II. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que porventura seja causado em decorrência do mau uso do objeto da cessão, inclusive a terceiros;
- III. Cumprir, através de seus prepostos, as normas administrativas e de segurança do CEDENTE;

[Handwritten signature]





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**



Folha Nº	171
Proc. Nº	410.000.762/2013
Rubrica	M
Mat.	125.617-3

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

- IV. Realizar o pagamento de todas as despesas com energia elétrica, água, bem como quaisquer despesas de condomínio, tarifas públicas e Impostos que recaiam sobre a referida área;
- V. Comunicar com antecedência ao CEDENTE acerca de adaptações que porventura se fizerem necessárias para o bom desempenho de suas atividades específicas, sujeitando-se a sua posterior deliberação e autorização;
- VI. Solicitar autorização prévia para realização de qualquer benfeitoria, sem direito ao recebimento de indenização do Cedente, e, sem prejuízo à responsabilização civil e criminal por eventual dano causado, inclusive à estrutura do edifício e à segurança e integridade física dos usuários;
- VII. Solicitar ao CEDENTE, formal e tempestividade, autorização para instalação de equipamento cujo funcionamento acarrete sobrecarga na corrente elétrica e afixação/instalação, e fixação na parte externa do imóvel/espço físico ora cedido, de aviso, notícia, placa, toldo e sinal escritos ou pintados, salvo na portaria do edifício;
- VIII. Providenciar apólice de seguro-incêndio do imóvel/espço físico, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura deste termo, e a apresentá-la ao CEDENTE, juntamente com o respectivo comprovante de quitação;
- IX. Arcar com o pagamento de qualquer multa ou penalidade que venha a ser aplicada pelos poderes públicos por desrespeito a leis federais, estaduais ou municipais, referente à utilização do espaço físico cedido;

[Handwritten signatures and initials]





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**



Fundo Nº 172
Proc. Nº 410.000.762/2013
Rubrica M Mat. 125.617-3

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

- X. Informar ao CEDENTE acerca do surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a ela incumba, bem com as eventuais turbações de terceiros;
- XI. Cientificar o CEDENTE sobre qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida a ela, CESSIONÁRIO;
- XII. Entregar o imóvel ao CEDENTE no estado de funcionamento e uso em que o recebeu, ressalvadas as deteriorações naturais do uso regular.

5.2 Constituem ainda obrigações do Cessionário:

- I. Prestar o serviço de vigilância armada e/ou desarmada, limpeza e copeiragem no interior do PAB, inclusive com insumos;
- II. Responsabilizar-se civil e criminalmente por atos ocorridos no interior do espaço cedido desde que não sejam comprovadamente originados por parte da Secretaria de Planejamento e Orçamento;
- III. Relatar à Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento toda e qualquer irregularidade observada nos locais de execução dos serviços;
- IV. Substituir, imediatamente, qualquer empregado cuja conduta seja considerada, pela Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento, inconveniente para o desempenho das atividades;
- V. Disponibilizar preposto no local da prestação dos serviços para representá-lo na execução deste Termo de Cessão, permitindo adequação operacional do Termo, ensejando necessário inter-relacionamento sem subordinação entre Cessionário e esta Secretaria para:



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**



Folha Nº	173
Proc. Nº	410.000.762/2013
Rubrica	M
Mat.	125.617-3

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

- a) Como representante da empresa, atender prontamente todas as solicitações do gestor/fiscal relacionadas à melhor execução do Termo firmado entre as partes;
 - b) Manter o funcionário uniformizado e identificado com crachá, o qual deverá conter foto recente, nome completo e da empresa prestadora, além da função desempenhada;
 - c) Prover seus funcionários com equipamento de proteção individual (EPI), quando necessário, adequado à execução do serviço objeto do contrato, bem como fazer com que seus empregados os utilizem, sem exceções;
- VI. Recrutar, em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe todos os pagamentos, inclusive encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fiscais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros, em decorrência de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade do Governo do Distrito Federal;
- VII. Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da contratação dos serviços e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência a sua condição de empregadora;

S M E

[Assinatura]

CONSULTORIA
BRB
4954-0
JURIDICA



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**



Folha Nº	177
Proc. Nº	910.000.762/2013
Rubrica	M
Mat.	125.617-3

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

CLÁUSULA SEXTA – Da Alteração

Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada a alteração do objeto, assim como quaisquer modificações na destinação ou utilização.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Penalidades Pecuniárias

Pela inexecução, total ou parcial, das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, a Administração poderá, entre outros, aplicar, nos termos da Lei nº 8.666/1993 e legislação correlata, ao CESSIONÁRIO as seguintes sanções:

- a) Notificação;
- b) Advertência; e
- c) Rescisão do contrato;

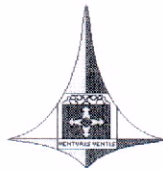
CLÁUSULA OITAVA – Da Dissolução

A Cessão poderá ser dissolvida de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA NONA – Da Rescisão Unilateral

9.1 - O Distrito Federal, por intermédio da SEPLAN, poderá rescindir, unilateralmente, a Cessão, com a conseqüente retomada do imóvel, verificado o descumprimento de quaisquer das cláusulas constantes deste Termo, superveniência de norma legal que impeça sua continuidade, ou, ainda, por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, bem como





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**



Folha Nº	178
Proc. Nº	510.000.762/2013
Rubrica	M
Mat.	125.617-3

"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

pela ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, conforme art. 78, I a XII e XVII da Lei 8.666/93.

9.2 - A Administração fica isenta de indenizar o CESSIONÁRIO em qualquer hipótese de rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Executor

O Distrito Federal, por meio de Ordem de Serviço, designará um Executor para a Cessão, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro no livro próprio da Subsecretaria de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**



"Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060"

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Brasília-DF, 30 de setembro de 2013.

Pelo CEDENTE:



LUÍZ PAULO BARRETO

Secretário de Estado de Planejamento e Orçamento

Área técnica responsável:



PAULO MACHADO

Subsecretário de Administração Geral

Pelo CESSIONÁRIO:

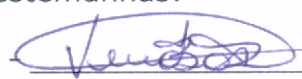


FLÁVIO APOLINÁRIO ALONSO JÚNIOR

Diretor de Distribuição e Vendas

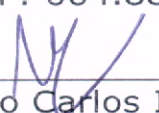
Testemunhas:

1 -



Veridiana Barboza Ribas
CPF/MF: 004.88.969-88

2 -



Antônio Carlos Ibiapina
CPF/MF: 396.870.823-72

Folha Nº	179
Proc. Nº	410.002.762/2013
Rubrica	M
Mat.	125.617-3